

A UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OS PROFISSIONAIS QUE NELAS ATUAM

THE UNIVERSALIZATION OF THE MUNICIPAL SCHOOL LIBRARIES OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO AND THE PROFESSIONALS THAT ACT IN THEM

Patrícia Corsino¹¹¹

Rafaela Vilela¹¹²

Sônia Travassos¹¹³

Resumo

Este artigo discute a universalização das bibliotecas escolares de municípios do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a Lei 12.244 que determina esta universalização até 2020, e apresenta reflexões sobre o profissional que nelas atuam e suas funções. Trata-se da análise de parte das respostas de um questionário distribuídos às 92 secretarias municipais de educação do estado que obteve 67% de retorno. A pesquisa evidencia que os municípios ainda não universalizaram as bibliotecas nas escolas, especialmente na Educação Infantil, e que pouco mais da metade já colocou este tema em pauta. Mostra também poucas reflexões sobre o profissional que atua nas bibliotecas escolares. No entanto, a maioria das respostas consideram que das funções atribuídas a ele incluem a organização do espaço, o tratamento do acervo e ações mediadoras da leitura.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Universalização. Mediadores de leitura.

Abstract

This article discusses the universalization of the school libraries of municipalities of the state of Rio de Janeiro, in view of law 12.244 that determines this universalization until 2020, and presents reflections on the professionals who work in them and their functions. It is the analysis of part of the answers of a questionnaire distributed to the 92 municipal secretaries of education of the state that obtained 67% of return. The research shows that municipalities have not yet universalized libraries in schools, especially in early childhood education, and that little more than half has already put this topic in the agenda. It also shows few reflections about the professional who

¹¹¹Doutora em Educação (PUC-Rio), Professora Associada da Faculdade de Educação da UFRJ, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, coordenadora adjunta do Laboratório de Estudos de Linguagem, Leitura, Escrita e Educação, coordenadora do grupo de pesquisa Infância, Linguagem e Escola. Contato: corsinopat@gmail.com

¹¹²Doutoranda em Educação (UFRJ), professora EBTT da Escola de Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEI-UFRJ). Pesquisa temas relacionados à infância, literatura infantil e bibliotecas. Contato: rafalouise@gmail.com

¹¹³Doutora em Educação (UFRJ), especialista em literatura infantil e juvenil, escritora, coordenadora da biblioteca da escola EDEM (RJ). Pesquisa temas relacionados à infância, literatura infantil e bibliotecas. Contato: soniamariatravassos@gmail.com

works in school libraries. However, most of the answers consider that the functions assigned to him include the organization of space, the treatment of the collection and mediating actions of reading.

Keywords: School library. Universalization. Mediators.

Introdução

A partir das questões que surgiram com a promulgação da Lei 12.244 (BRASIL, 2010), que prevê a universalização das bibliotecas escolares no Brasil até o ano de 2020, este artigo se propõe a analisar o cenário da implantação de bibliotecas

escolares pelas secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro e a discutir o papel do profissional que atua nas bibliotecas de suas escolas municipais. Assim, indagamos: como anda o processo de implantação das bibliotecas escolares no estado do Rio de Janeiro? Quem é o profissional responsável pelo trabalho na biblioteca da escola? Quais seriam as suas atribuições?

As análises apresentadas fazem parte dos resultados da pesquisa institucional “Infância, linguagem e escola: a leitura literária em questão” desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ que teve como objetivo conhecer e analisar políticas de livro e leitura desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Educação dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em diferentes aspectos. Para isso, foi elaborado um questionário com 36 perguntas, com questões abertas e fechadas, distribuído a todas as 92 Secretarias Municipais de Educação do Estado pesquisado. Obtivemos 62 respostas, o equivalente a 67% dos municípios do estado. As questões emergiram de indagações suscitadas nos estudos qualitativos produzidos por diferentes pesquisadores do grupo de pesquisa. Este movimento simultâneo e circular da pesquisa, de trânsito entre o micro e o macro, favoreceu pensar o mesmo tema de estudo a partir de pontos de vistas que se completam.

Destacamos que o retorno do questionário exigiu muitas investidas do grupo de pesquisa, mas conseguiu-se respostas de municípios de todas as regiões do Estado, considerando a diversidade não apenas geográfica, mas econômica e populacional. Neste sentido, entendemos que as análises apresentadas têm abrangência e

representatividade no Estado do Rio de Janeiro.

Para sustentar as análises, buscou-se interlocução com Britto (2012), Corsino (2010) e Cosson (2006) nas reflexões sobre livro e leitura e, para tecer considerações sobre biblioteca, ancorou-se nos estudos de Carvalho (2002, 2012), Campello (2009, 2010), Mollo e Nobrega (2011) e Silva (1983).

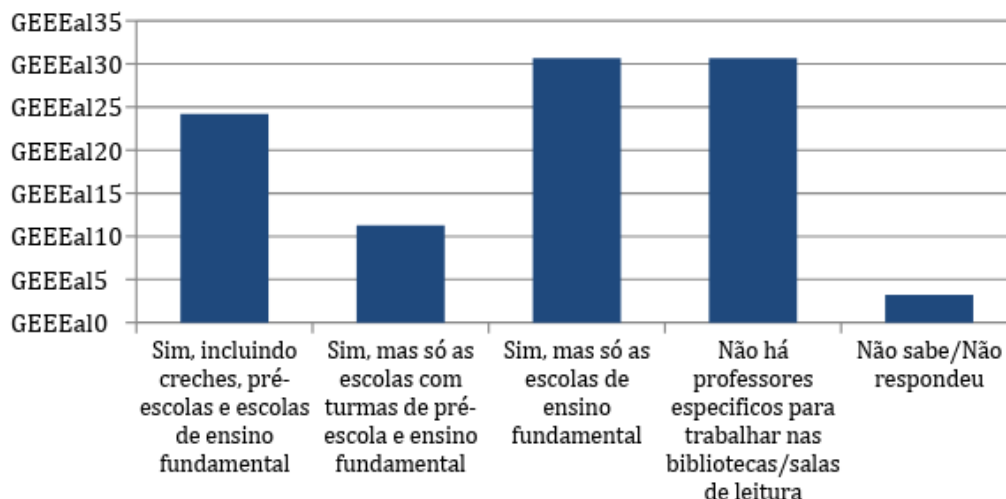
O texto está organizado em três partes. A primeira apresenta um panorama da universalização das bibliotecas escolares nos 62 municípios do Estado do Rio de Janeiro que responderam ao questionário. A segunda aponta considerações sobre o profissional que atua na biblioteca escolar. Por fim, traz as considerações finais do estudo.

A Universalização das Bibliotecas Escolares nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro

A Lei 12.244 (BRASIL, 2010) prevê a universalização das bibliotecas escolares no Brasil até o ano de 2020. De acordo com o documento, “considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”. Segundo esta lei, as instituições de ensino públicas e privadas, de todos os sistemas de educação, precisam disponibilizar bibliotecas que possuam acervo de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado. Além de contar com bibliotecários que contribuam para criar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento destes espaços.

Analizamos a seguir questões que dizem respeito ao índice de escolas municipais com bibliotecas no estado do Rio de Janeiro e as diferenças percentuais entre as instituições de educação infantil e de ensino fundamental

Gráfico 1 – Proporção de Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro por escolas municipais com bibliotecas no Estado do Rio de Janeiro – 2015



Fonte: Microdados da pesquisa institucional “Infância, linguagem e escola: a leitura literária em questão”. PPGE-UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

O Gráfico 1 aponta diferenças significativas entre as instituições que atendem à educação infantil e ao ensino fundamental. Em relação ao segmento que atende às crianças bem pequenas, observa-se um quadro ainda dividido. Ao mesmo tempo em que 12,90% das secretarias de educação afirmam que “todas” as escolas de educação infantil possuem bibliotecas/salas de leitura, observa-se que 4,84% das escolas deste segmento ainda não contam com esses espaços. Nesse mesmo viés, 24,19% dos municípios respondentes optaram por marcar a resposta “quase todas”. Percentual igual ao que afirma que “poucas” escolas possuem bibliotecas/salas de leitura.

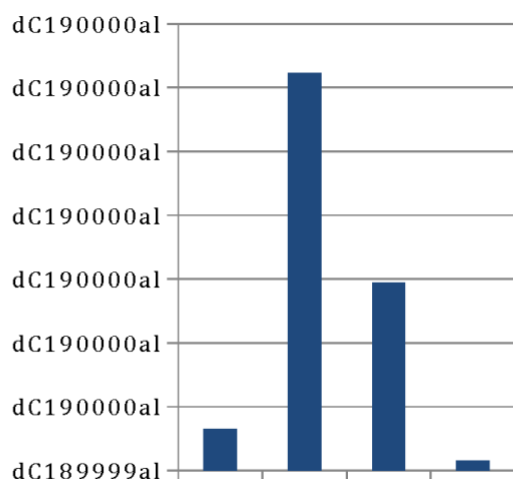
No ensino fundamental, 17,74% dos respondentes afirmam que “todas” as escolas possuem bibliotecas/salas de leitura. A opção “quase todas” também retrata esse movimento de universalização das bibliotecas escolares e foi apontada por 38,71% das secretarias. As respostas “menos da metade” e “poucas” aparecem empatadas e representam 9,68% das escolhas. É importante observar ainda que a opção “nenhuma” não foi escolhida.

Os índices acima apontam que as escolas de ensino fundamental possuem

mais bibliotecas do que as de educação infantil. Quais seriam as concepções de leitura subjacentes a estas diferenças? Talvez a compreensão de que a leitura seria uma apropriação de crianças a partir do processo de alfabetização justifique o maior número delas em escolas de Ensino Fundamental quando comparado às creches e pré-escolas. Entretanto, estudos e pesquisas qualitativas do grupo de pesquisa (MATTOS, 2013; SERRA,2015) evidenciam a importância de se ter acervos, especialmente os literários, diversificados, organizados e disponíveis para as crianças desde bebês. Ser leitor ouvinte é fundamental para a constituição do leitor autônomo, pois a leitura se inicia desde as primeiras simbolizações. Portanto, a leitura é uma atividade educativa fundamental desde a creche e os dados mostram o quanto este tema precisa ser estudado e discutido nas secretarias municipais de educação e ser mais valorizado pelas políticas educacionais dos municípios do estado.

Mas, como os municípios estão se organizando para que ocorra a universalização das bibliotecas?

Gráfico 2 – Proporção de Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro por ações para universalizar as bibliotecas escolares municipais do Estado do Rio de Janeiro – 2015



as bibliotecas escolares em todas as creches, pré-escolas e escolas da rede municipal de

Fonte: Microdados da pesquisa institucional “Infância, linguagem e escola: a leitura literária em questão “. PPGE-UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

O Gráfico 2 aponta que as bibliotecas escolares foram universalizadas em apenas 6,56% dos municípios, embora já haja um movimento de discussão em torno desta questão, visto que 62,30% das secretarias de educação apontam o desenvolvimento de ações. As respostas, entretanto, assinalam para um dado preocupante: para quase um terço dos municípios (29,51%) esta questão ainda não está nem em pauta.

As 38 secretarias de educação (62,30% dos respondentes) que afirmaram que a universalização das bibliotecas escolares já está na pauta de discussão, destacaram algumas ações desenvolvidas:

- a) Em relação ao espaço físico, 14 secretarias relataram um movimento que inclui criar novos espaços de leitura e reestruturar os já existentes. Estes pontos são assinalados como prioridades no orçamento de obras. Uma preocupação que também envolve o mobiliário, visto que aparece nas respostas um cuidado para que os espaços de livro e leitura sejam convidativos e confortáveis, como podemos observar em alguns registros de diferentes municípios:

“Em obras e reformas de ampliação, as bibliotecas têm sido prioridade”.

“Ampliação do número de salas de leitura e biblioteca”.

“Compra de utensílios que visem maior comodidade e conforto, tais como: pufes, almofadas, tapetes etc., para os leitores”.

- b) Outro ponto abordado refere-se ao acervo. As respostas afirmam investimentos na aquisição de novos títulos – seja por compra ou pela criação de campanhas de doação. A catalogação, organização e dinamização do acervo também foram consideradas ações importantes por 15 secretarias para a universalização das bibliotecas escolares. Vejamos alguns exemplos:

“Catalogação dos livros que chegam pelo FNDE. Aquisição de livros diversos para ampliação das salas de leitura. Sistema de Informatização para registro das ações da biblioteca”.

“Aquisição de livros para as Bibliotecas, Salas de Leitura, Malas de Leitura e Kombi da Leitura”

“A criação da campanha ‘Livros: Eu compartilho’ tem como objetivo arrecadar da sociedade civil livros paradidáticos (novos ou não) para doação às Unidades Escolares, visando garantir a existência de acervo”.

- c) Uma biblioteca não se faz apenas com livros. Atentos a essa concepção, 9 das 38 secretarias indicaram caminhos que abordam ações educativas na biblioteca. Além da formação continuada dos profissionais que atuam nas bibliotecas, alguns concursos já preveem a contratação de bibliotecários e novos professores. As ações também visam implementar projetos de leitura para que o trabalho desenvolvido nestes espaços ganhe destaque, como sugerem as considerações:

“Reuniões com os responsáveis das bibliotecas e salas de leitura com o objetivo de dinamizar o trabalho. Capacitações para os profissionais (em processo de elaboração/falta de profissionais que tenham condições de nos atender)”.

“Quanto aos recursos humanos, há necessidade de um Bibliotecário e de um Mediador de Leitura por biblioteca escolar. Estes profissionais deverão ser selecionados através de concurso público, previsto nos próximos editais”.

“Em 2010, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura realizou um Concurso Público para bibliotecários, a fim de inserir esses profissionais no âmbito escolar. Inseriu no Regimento Escolar atribuições específicas para o profissional que assumir a Biblioteca Escolar. Gradativamente, vem implementando espaços de leitura nas unidades escolares e sistematizando esse trabalho, a fim de que o mesmo não se torne algo sem objetivo e/ou apenas para ‘passar o tempo’”.

As ações destacadas apontam questões que envolvem a implementação das bibliotecas em todas as escolas municipais das secretarias municipais de educação do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, vale destacar que, em que pensem algumas importantes iniciativas em curso, o percentual de secretarias que responderam ao questionário que ainda não colocou o tema da universalização das bibliotecas escolares em pauta é significativo. Pelos programas governamentais de distribuição de acervos como o Programa Nacional de Biblioteca nas Escolas-PNBE e Obras

complementares, bem como as doações e compras de livros realizadas pelos municípios, inferimos que embora haja livros nas escolas, sem um espaço específico onde sejam reunidos, organizados e dinamizados a tendência é de dispersão, falta de controle na circulação e possível perda de obras que são bens coletivos.

A seguir, trataremos sobre o profissional que atua nesses espaços de livro e leitura.

O profissional que atua na Biblioteca Escolar

De acordo com diferentes pesquisadores, como Silva (1983), Carvalho (2002, 2012), Campello (2010), Perrotti (2015), Mollo e Nóbrega (2011), para que a biblioteca da escola possa contribuir com a experiência leitora de seus frequentadores, ao lado da constituição do acervo e de sua organização no espaço, torna-se importante a figura do mediador da leitura. Está nas mãos deste profissional, além de classificar e organizar o acervo de forma a provocar a interação entre os leitores e as diferentes leituras da biblioteca, ensiná-los desde folhear um livro até processar informações, estabelecendo vínculos entre elas. Cabe a ele desenvolver práticas que auxiliem os leitores a vivenciar a leitura como ato social e cultural, como Silva (1983) defende:

Educar o usuário é, então, travar encontros significativos com ele, tendo como motivo os referenciais inscritos nos veículos da cultura. [...] Não devemos confundir “educação do usuário” com a divulgação das normas estabelecidas pela biblioteca. Educar um usuário é encontrar-se com ele dentro de um projeto de busca, é participar de suas dificuldades, é dialogar, é orientá-lo na fruição de diferentes tipos de literatura (p. 71).

No campo da Biblioteconomia, Campello (2010) afirma que a biblioteca escolar pode adquirir diversos sentidos e dimensões, dependendo de como os usuários a percebem e a utilizam. Mas para compreendê-la como um espaço efetivo de aprendizagem e de novas experiências, ressalta a necessidade de haver

[...] pessoas preparadas para aconselhar os estudantes na escolha de livros para suas pesquisas, para conversar com eles sobre livros lidos, para mostrar que a leitura pode ter a dimensão da experiência [...], a

biblioteca adquire outra dimensão: a de espaço de aprendizagem (CAMPELLO, 2010, p. 131).

A preocupação com a biblioteca da escola e suas funções vem sendo motivo de diferentes pesquisas acadêmicas. De acordo com Carvalho (2012), duas linhas teóricas vêm se destacando neste cenário. A linha que explora a ideia de competência informacional ou letramento informacional, da qual Campello (2010) seria uma das principais representantes, defende a questão da aprendizagem escolar planejada, partindo de estratégias coletivas de pesquisa na biblioteca escolar e mediada pelo professor e o bibliotecário conjuntamente. Para Campello, a ideia da biblioteca como espaço de aprendizagem também está ligada à noção de que os alunos podem não só aprender na biblioteca, mas com ela, pois, ao reunir em seu acervo diferentes recursos informacionais, esse espaço escolar reproduz o ambiente informacional da sociedade contemporânea, caracterizado pela variedade de materiais informativos. Ao se familiarizarem com eles, os alunos estariam preparando-se para usá-los posteriormente em outros tipos de biblioteca.

A outra linha destacada por Carvalho (2012) é a da Infoeducação – área de estudos coordenada na USP por Perrotti e Pieruccini – na qual as discussões giram em torno dos novos modos de produzir e consumir informações. A Infoeducação estaria situada entre a informação e a educação e trabalha com o conceito de “apropriação cultural”: apropriação como criação e não como recepção mecânica. Nesse contexto, Pieruccini procura definir a biblioteca para as crianças e jovens como um dispositivo,

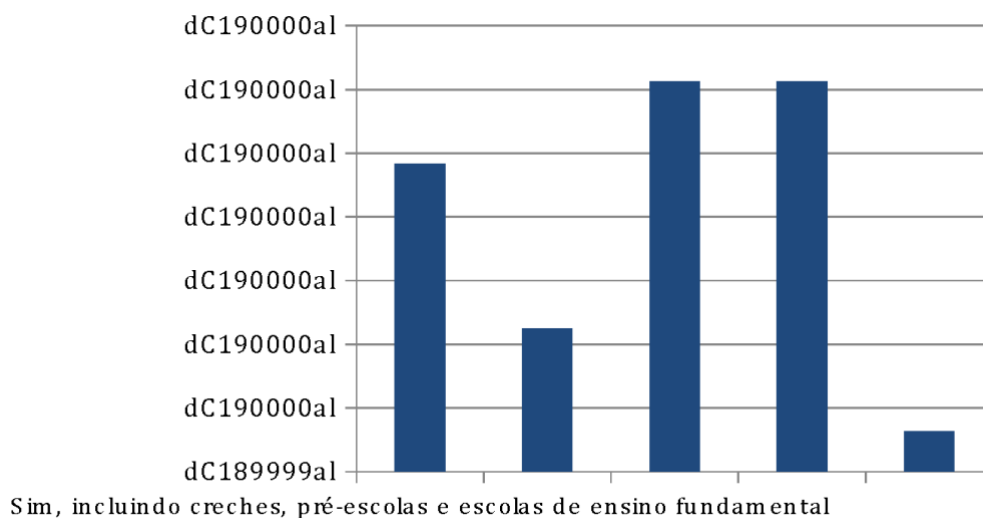
(...) uma instância, um local social de interação e cooperação com suas intenções, seu funcionamento material e simbólico, seus modos de interações próprias... implicando noção de intencionalidade, de ação realizada por pessoas ou materiais, tendo em vista um objetivo a ser alcançado (PIERUCCINI¹¹⁴, 2004 apud CARVALHO, 2012, p. 74).

De acordo com Carvalho (2012), estes pesquisadores apoiam-se no conceito de “protagonismo cultural”, de como crianças e jovens se colocam diante da cultura e da

informação, podendo, no espaço da biblioteca da escola, transitar não como usuários direcionados, mas como protagonistas que reinventam percursos.

Numa linha de estudos ou na outra e nos campos que se interessam pela biblioteca da escola, porém, a questão sobre o profissional que atuará nesse espaço está sempre presente. Professor? Bibliotecário? Professor e bibliotecário? Quem deve ser o profissional responsável pelo trabalho na biblioteca da escola? Quais seriam suas funções? Procurando respostas para tais indagações junto às Secretarias de Educação dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, destacamos duas questões para analisar: i) As escolas que possuem biblioteca/sala de leitura possuem professores específicos para trabalhar? ii) Caso haja professores específicos para bibliotecas/salas de leitura, quais são suas atribuições? Vejamos o gráfico com as respostas.

Gráfico 3 – Proporção de Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro por presença de profissionais específicos para atuar nas bibliotecas escolares municipais do Estado do Rio de Janeiro – 2015.



Fonte: Microdados da pesquisa institucional “Infância, linguagem e escola: a leitura literária em questão “. PPGE-UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

Na primeira questão destacada, entre as cinco opções de respostas apresentadas, três se aproximaram em percentual e nenhuma ultrapassou os 30,65% das escolhas, o que aponta para um equilíbrio nas respostas. As opções mais assinaladas foram “Não há professores específicos para trabalhar nas bibliotecas/salas

de leitura”, com 30,65% das respostas e “Sim, mas só as escolas de Ensino Fundamental”, também com 30,65%. Em seguida, e relativamente próxima às duas opções mais escolhidas, a resposta “Sim, incluindo creches, pré-escolas e escolas de Ensino Fundamental” (24,19%) mostra que já há alguma preocupação em contar com um profissional específico para atuar em outros segmentos escolares. Observamos uma valorização em relação ao lugar ocupado pelo ensino fundamental nas questões que se referem à leitura, talvez por se esperar e se exigir dos alunos deste segmento maiores competências leitoras.

Esse mesmo número de respostas (30,65%) apontou para o fato de não haver professores específicos para atuar no espaço da biblioteca/sala de leitura. Um dado preocupante, pois como os estudos apontam, a figura do mediador (professor ou bibliotecário) é imprescindível não só para organizar o espaço de forma que instigue os leitores a encontrarem o que desejam, mas para dialogar com eles, orientando-os na busca do conhecimento e de novas experiências propiciadas pela leitura.

A segunda questão que destacamos diz respeito às atribuições dos professores que atuam nas bibliotecas/salas de leitura. Esta questão não oferecia opções fechadas e dentre os 62 municípios respondentes do questionário, 41 registraram respostas para ela. Foi possível observar aproximações em relação ao que pensam as secretarias municipais de educação sobre as atribuições do profissional que atua neste espaço e que incluem desde a classificação, organização e cuidados com o acervo e com o espaço até a elaboração de projetos e de ações mediadoras para o incentivo à leitura. Em algumas respostas também encontramos indagações sobre quem deverá ser o responsável pela biblioteca, além de discursos que reforçam o lugar da biblioteca, por meio das práticas de seus mediadores, como um espaço que proporcione um diálogo com o projeto pedagógico da escola, apoiando e ampliando trabalhos desenvolvidos em sala de aula. Na leitura das respostas, os temas aqui destacados se misturam e não apresentam grandes divergências. Ora imprimem ênfase em questões de organização e funcionamento prático do espaço, ora ressaltam a ideia da motivação da leitura e da formação do leitor, ora enfatizam práticas para a dinamização da leitura. Alguns exemplos:

1 - “Catalogação e registros de livros; atendimento em pesquisa; empréstimos de livros; organização da biblioteca por assunto; levantamento de livros para a aquisição”.

2 - “Principais atribuições: Cuidar do ambiente da Sala de Leitura, organizar o espaço e atender os alunos e professores; Elaborar um plano de trabalho de acordo com a Proposta Pedagógica da escola; Orientar os alunos quanto ao uso da Sala de Leitura/Biblioteca (pesquisa, consulta ao dicionário etc.); Fazer registro do acervo e do empréstimo de livros; Cuidar da manutenção das obras literárias; Promover atividades de leitura, organizando o horário para atender todos os alunos da escola”.

3 - “Registro de livros, organização do espaço e do acervo, empréstimo e dinamização da leitura de acordo com o Projeto Pedagógico da escola em que está inserida”.

4 - “Os Mediadores de Leitura, do Projeto ‘Tudo é Leitura. Tudo é Narração’ são responsáveis por motivar a leitura e promover os encontros do ‘Clube do Leitor’, em contraturno. São realizadas atividades ao longo do ano, no Clube, que são apresentadas no Encontro Municipal de Leitura, no fim do ano. Muitas unidades escolares contam com profissionais readaptados que ficam nas bibliotecas responsáveis pelo arquivamento e empréstimo dos livros”.

5 - “As atribuições dos Professores Regentes de Sala de Leitura são definidas em Resoluções próprias, dentre as quais destacam-se: 1- Promover a leitura e a formação de leitores na comunidade escolar na qual se insere; 2- Orientar a realização de pesquisas escolares; 3- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola; 4- Avaliar o acervo, realizando seu registro, catalogação e classificação, conforme as orientações recebidas, zelando pela sua conservação; 5- Organizar o espaço da Sala de leitura, planejando coletivamente seu uso e a realização das atividades propostas; 6- Participar das ações de formação a eles destinadas, além dos projetos específicos propostas pela SME e/ou Coordenadoria Regional; 7- Organizar o sistema de empréstimos e dinamizar o acervo disponível para todos os segmentos da comunidade escolar”.

6 - “Ministrar aulas, emprestar livros, fazer a manutenção dos livros, organizar o espaço da sala de leitura e planejar”.

7 - “Os profissionais são responsáveis pela organização do espaço e promoção de atividades com foco na formação de leitores”.

8 - “Fomentar o prazer pela leitura; promover a aproximação aluno, escola e família; estimular a pesquisa e preservar o acervo”.

9 - “Desenvolver projetos de incentivo a leitura”.

Como é possível observar nos registros destacados, mesmo entre os municípios que responderam de forma mais concisa e genérica, ao responsável pelas bibliotecas são atribuídas variadas ações, a não ser no último exemplo, quando o respondente escreveu apenas sobre “o incentivo à leitura”, não especificando o que significaria incentivar a leitura. Nas demais respostas, às atribuições do profissional se dividem apontando para diferentes direções que se complementam no espaço da biblioteca. No exemplo 1, aparece mais fortemente, como tarefa deste profissional, questões relacionadas ao registro do acervo e organização do espaço, embora também apareça a questão do atendimento ao aluno, por meio da atividade de pesquisa. Esta atividade, assim como a relação da biblioteca com o projeto pedagógico da escola é perceptível nos registros de outros municípios que destacamos nos exemplos acima.

Chama a atenção entre as 41 respostas e entre estas que destacamos, a resposta dada pelo exemplo 6, que registra como uma das atribuições do mediador “ministrar aulas”. Algumas indagações ficam: esse professor teria como atribuição dar aulas na biblioteca? A biblioteca é concebida como espaço de sala de aula? São questões que precisariam ser melhor investigadas. Também chama a atenção a resposta do exemplo 4, pois aqui parece haver dois tipos de profissionais que atuam na biblioteca: o que dinamiza a leitura - “Os Mediadores de Leitura, [...] são responsáveis por motivar a leitura e promover os encontros do ‘Clube do Leitor’, em contraturno”; e o que executa tarefas de organização e empréstimos - “Muitas unidades escolares contam com profissionais readaptados que ficam nas bibliotecas responsáveis pelo arquivamento e empréstimo dos livros”. Este foi o único município que escreveu sobre contar com um profissional readaptado para atuar nas atribuições mais funcionais da biblioteca, o que talvez aponte para o fato de essa não ser mais uma tendência de escolha, como parece já ter sido em outros momentos.

Fomentar o prazer pela leitura, criando ações para contribuir com a formação dos leitores, é citado várias vezes como atribuição para o professor que atua na biblioteca, como observamos em diferentes respostas aqui destacadas e entre as 41

totais: “promover atividades de leitura” (ex.2); “dinamização da leitura” (ex.3); “motivar a leitura e promover os encontros do ‘Clube do Leitor’” (ex.4); “promover a leitura e a formação de leitores na comunidade escolar na qual se insere” (ex.5). Assim, compreendemos que a ideia que parece se colocar mais fortemente sobre o papel da biblioteca escolar, a partir de diferentes ações a serem desenvolvidas por seus profissionais é a de promover o encontro dos alunos da escola com diferentes tipos de leitura e, com isso, contribuir com a formação dos leitores. Também parece presente a ideia de que esse processo não deve acontecer apartado do projeto pedagógico da escola como um todo, mas sim de forma a dialogar com ele, complementando-o a partir de ações específicas.

Voltando às 41 respostas registradas, dois outros pontos chamaram a atenção ao se citar atribuições para os profissionais da biblioteca. O primeiro se refere a algumas práticas para a dinamização da leitura, além da atividade de empréstimo de livros que é sempre citada. Em muitas respostas são colocados como atribuições dos profissionais o desenvolvimento de projetos de incentivo à leitura e atividades lúdicas, mas nem todas citam quais seriam esses tipos de práticas. Encontramos, porém, em 14 respostas, algumas referências a atividades desenvolvidas: contações e leituras de histórias, estímulo à participação em cirandas de livros, promoção de rodas de leitura, organização de clubes de leitura, promoção de feiras do livro e de cafés literários, organização de chás literários, recitais, momentos com autores, saraus. As estratégias citadas para a dinamização da leitura são fortemente direcionadas para o universo dos acervos literários, o que nos faz indagar sobre o lugar que a literatura infantil ocupa nas práticas desenvolvidas nas bibliotecas escolares. Apesar das repostas também fazerem menção a atividades de leitura relacionadas à pesquisa e ao diálogo com aprendizagens desenvolvidas nas salas de aula, quando se especificam as estratégias, estas se referem mais frequentemente à leitura literária. Assim, torna-se importante refletir sobre o lugar da leitura literária na escola.

Por que desenvolver estratégias de dinamização da leitura na biblioteca escolar partindo da literatura? Primeiramente seria importante pensar sobre o próprio ato de ler. Há diferentes modos de entender o que é ler – hábito, gosto, fruição,

divertimento, prática que informa e instrumentaliza –, e todos cabem na biblioteca da escola. Para Corsino (2010a), no entanto, a ideia de leitura está associada à ideia de experiência: experiência que permanece no leitor e que pode “ir além do momento em que se realiza, podendo desempenhar importante papel na formação” (p. 9). Assim, perguntamos: como as práticas de leitura desenvolvidas na biblioteca da escola podem proporcionar aos leitores esse tipo de experiência?

Para Cosson (2006), o encontro entre texto e leitor “implica troca de sentidos não só entre o escritor e o leitor, mas também com a sociedade onde ambos estão localizados” (p. 27). Desse modo, a troca estabelecida por meio da leitura extrapola a relação entre quem escreve e quem lê, expandindo-se para a esfera social e podendo contribuir para a formação dos sujeitos.

No que tange à experiência com a leitura literária, vale lembrar que literatura é arte e, como afirma Britto (2012) “a arte é a expressão de um desejo de construir e viver mundos e vidas outras; nesse processo, ela realiza o gesto de voltar-se para dentro de si e indagar a condição humana. A arte é nesse sentido, contemplação e indagação da vida e opõe-se ao entretenimento” (p. 53). A literatura, como arte da palavra, é também parte inseparável da cultura, da história e do contexto social de cada época. Nela estão impressos valores éticos e estéticos, visões de mundo, que constituem os sujeitos, a sociedade e a história – o que concede caráter polifônico e polissêmico a seus textos. Polifônicos porque na voz do autor encontram-se outras vozes e, polissêmicos, porque, mais do que em textos de outras naturezas, são passíveis de leituras diferenciadas, dependendo da história de vida do leitor. A leitura da literatura na escola pode se constituir como um caminho para a compreensão do universo sócio-histórico do qual fazemos parte, permitindo o encontro com si mesmo e com o outro, com diferentes sujeitos e realidades, e assim, a literatura pode ser lugar de encontro e confronto com a alteridade, abrindo ao leitor à diversidade e no sentido dado por Candido (2011) ao processo de humanização.

O lugar que o mediador da biblioteca escolar ocupa nesse cenário é importante, pois ao escolher leituras para partilhar com seus alunos, em contações de histórias e rodas de leitura, por exemplo, poderá ou não proporcionar o diálogo entre

as crianças e os textos literários e o diálogo entre elas próprias. Para Corsino (2010b) “é o adulto [...] quem dá voz às crianças durante a leitura, quem escuta e considera suas produções, quem faz mediações instigadoras, quem coloca pontos de vista em discussão, quem provoca argumentações e narrativas, [...], quem abre e acolhe múltiplas leituras” (p. 187). Em práticas de outras naturezas para a promoção da leitura literária, que envolvam a expressão e o intercâmbio dos e entre os leitores, como organização de clubes de leitura, cafés literários, encontro com autores, feiras de livros, recitais poéticos, saraus, seu papel é igualmente importante, pois a maneira como ele dará forma a essas possíveis experiências, estará sempre baseada em concepções que se referem à infância, à literatura e ao trabalho com a leitura. Por isso seria importante perguntar: que concepções sobre literatura e sobre infância estão presentes no desenvolvimento dessas estratégias? Como e por que a organização dessas práticas podem se tornar significativas para os leitores? Como elas podem ir além do puro entretenimento, para constituir-se como experiência formadora? Como as estratégias de mediação da leitura podem ir ao encontro do ideal de leitor que se deseja formar, uma vez que, de acordo com as respostas, também seria atribuição do profissional que atua na biblioteca contribuir com a formação de leitores? Essas são questões que mereceriam maior aprofundamento tanto por parte daqueles que estão nas escolas, como daqueles que estudam e investigam o tema.

Voltando à questão que se refere às atribuições dos professores que atuam nas bibliotecas escolares, o segundo ponto que destacamos diz respeito a cinco respostas que realçaram a escolha deste profissional. Apesar deste número ser pequeno, no total de 41, este é um tema relevante e que está na pauta das políticas de livro e leitura, em especial na Lei 12.244, que além de prever a universalização das bibliotecas nas escolas brasileiras, aponta o bibliotecário como o profissional a se responsabilizar pelas atividades a serem desenvolvidas nelas. Vejamos os cinco exemplos:

1 - “Os Mediadores de Leitura, do Projeto ‘Tudo é Leitura. Tudo é Narração’ são responsáveis por motivar a leitura e promover os encontros do ‘Clube do Leitor’, [...] Muitas unidades escolares contam com profissionais readaptados que ficam nas bibliotecas responsáveis pelo arquivamento e empréstimo dos livros”.

2 - “Na Secretaria Municipal de Educação de ..., esse profissional é definido como DINAMIZADOR DE LEITURA e deve ser obrigatoriamente, um Professor”.

3 - “Segundo o Regimento da Rede Municipal de Educação - O profissional responsável pela Sala de Leitura deve ser professor”

4 - “As atribuições dos Professores Regentes de Sala de Leitura são definidas em Resoluções próprias [...]”.

5 - “São atribuições do professor regente da sala de leitura”.

Entre as respostas, as dos exemplos 2 e 3, baseadas nos regimentos educacionais de seus municípios, afirmam que o responsável pela biblioteca/sala de leitura é o professor. Já as dos exemplos 4 e 5 não se apoiam em documentos, mas ao se referirem a este profissional o nomeiam de professor regente da sala de leitura. No exemplo 1 usa-se o termo profissional readaptado, sem afirmar que profissional seria esse. O tema do profissional que deverá atuar na biblioteca parece não estar na pauta das Secretarias de Educação, as quais ou não se referem à questão ou assumem posicionamentos diferentes do que podemos ler no texto da Lei 12.244. Nela, em seu Artigo 3º, há a orientação de que, ao ser efetivada a lei, a profissão de Bibliotecário deva ser respeitada, sendo esta disciplinada pelas Leis nos 4.084 (30/06/1962) e 9.674 (25/06/1998). Também na Legislação do Conselho Federal de Biblioteconomia, no Artigo 2º, há a informação de que o exercício da profissão de Bibliotecário só será permitido aos Bacharéis em Biblioteconomia. Assim, podemos compreender que tais documentos apontam para a necessidade das bibliotecas escolares terem, por direito, bibliotecários como responsáveis pelo trabalho desenvolvido nela. No entanto, há discussões (PAULA, 2011) que revelam que mesmo que todas as escolas contassem com uma biblioteca, o país não disponibilizaria de profissionais suficientes para atuarem nelas, questão que talvez influencie no fato de muitas bibliotecas de escolas funcionarem sob o comando de professores.

Além do que dizem os documentos oficiais, discussões sobre quem deva ser o profissional a atuar na biblioteca escolar vem mobilizando diferentes pesquisadores. Para Mollo e Nóbrega (2011) o bom funcionamento da biblioteca escolar dependeria

de ações estratégicas, num trabalho conjunto de professores e bibliotecário, mas ressalta que para se alcançar este bom funcionamento, a biblioteca escolar não poderia prescindir “da figura do educador, seja ele professor ou bibliotecário, que promova o encontro entre a palavra escrita e os leitores, que ajude a desvendar os sentidos guardados nos textos” (p. 8).

No que diz respeito ao planejamento escolar que envolve a biblioteca, Fragoso (2011) assinala para a ideia de que o trabalho do bibliotecário deva ter sua atuação junto aos educadores da instituição da qual faz parte, apostando na ideia de que para incentivar os leitores a pensar de forma crítica e criadora, o trabalho deveria ser desenvolvido “por equipes interrelacionadas (educadores + bibliotecários)” (p. 15). Ao refletir sobre as funções do bibliotecário, a autora ainda problematiza que a promoção de certas atividades, como, por exemplo, a narração de histórias para crianças pequenas, exigiria dele conhecimentos da realidade educacional, da especificidade do acervo e de noções pedagógicas. Dialogando com a questão, Sylvia Castrillon, polemiza:

A verdade é que eu provavelmente vou dizer algo impopular entre os bibliotecários. [...] Um bibliotecário treinado em uma escola geralmente coloca a ênfase na formação técnica relacionadas com a gestão da informação. Acredito que as bibliotecas escolares poderiam ser tratadas por professores com conhecimentos de Biblioteconomia. Eu acho que os conhecimentos de Biblioteconomia são necessários, mas que as bibliotecas devem colocar o foco em pedagogia (CASTRILLON, 2011,p.32).

São muitas as questões que giram em torno deste tema, porém elas ainda não parecem preocupar os 62 municípios respondentes desta pesquisa. Os resultados apontados por esta pesquisa evidenciam que a discussão sobre a escolha deste profissional, cujas atribuições são bastante diversificadas, como mostram as 41 respostas registradas, precisariam entrar na pauta das discussões das secretarias municipais de educação para criarem condições para a inserção de bibliotecas/salas de leitura nas escolas de seus municípios. A escolha e presença deste ou daquele profissional pode evidenciar diferentes concepções sobre o trabalho de incentivo à

leitura e formação de leitores na biblioteca escolar e, por isso, merece ser pensada com maior profundidade.

Considerações Finais: Olhares da Pesquisa

Foi objetivo deste texto apresentar parte da análise de um questionário endereçado às Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Neste artigo, além de discutir as tensões e questões que envolvem a universalização das bibliotecas escolares dos municípios do estado do Rio de Janeiro, analisamos as respostas que tratam especificamente do profissional que deve atuar na biblioteca da escola, bem como as funções que são atribuídas a ele.

Assim, iniciamos discutindo a universalização das bibliotecas escolares a partir da Lei 12.244 (BRASIL, 2010) que postula que todas as instituições de ensino públicas e privadas, de todos os sistemas de educação, precisam disponibilizar bibliotecas até o ano de 2020.

As respostas apontaram que as escolas de ensino fundamental possuem mais bibliotecas do que as de educação infantil e que as bibliotecas escolares foram universalizadas em apenas 6,56% dos municípios respondentes. As respostas do questionário evidenciaram que, ao mesmo tempo em que há um movimento de discussão em torno da universalização, visto que 62,30% das secretarias de educação já estão desenvolvendo ações nesta direção, 29,51% dos municípios ainda nem pautaram a questão.

A partir deste panorama, lançamos foco nas questões que tratam do profissional que atua na biblioteca, bem como sobre as funções que a ele atribuídas. Nesse viés, quase um terço dos municípios (30,65%) afirmou não possuir profissionais específicos para trabalhar nas bibliotecas/salas de leitura.

As ações desenvolvidas por esses profissionais, de acordo com os municípios respondentes, envolvem desde a classificação, organização e cuidados com o acervo e com o espaço até a elaboração de projetos e o desenvolvimento de ações mediadoras para o incentivo à leitura.

O questionário teve a função de apontar um panorama das políticas de livro e

leitura desenvolvidas pelas Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Consideramos que as respostas analisadas permitiram perceber que o debate sobre a universalização das bibliotecas escolares está na pauta da maioria dos respondentes, estando mais ligadas a aspectos como a disponibilização de espaços físicos para a criação e acomodação das bibliotecas e aquisição e tratamento de seus acervos, do que a ações de formação de profissionais para atuarem nesse espaço.

Quando adentramos as questões do questionário que tratam mais especificamente sobre o profissional que atua na biblioteca escolar, as respostas evidenciam um quadro que revela poucas reflexões sobre quem deva ser este profissional. No entanto, quando se trata das funções atribuídas a ele, o panorama das respostas se expande, apontando para caminhos semelhantes em muitos aspectos que incluem a organização do espaço, o tratamento do acervo e ações mediadoras da leitura na biblioteca. Eixos que podem e devem ser mais aprofundados em novas pesquisas.

Referências

BRASIL. **Lei 12.244**, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm Acesso em: 22 de agosto de 2015.

BRITTO, Luis Percival. **Inquietudes e desacordos**: a leitura além do óbvio. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

CAMPELLO, Bernadete. **Letramento informacional no Brasil**: práticas educativas de bibliotecários em escolas de Ensino Básico. Tese. Doutorado em Ciência da Informação. UFMG, 2009.

CAMPELLO, Bernadete. A biblioteca escolar como espaço de aprendizagem. In: Paiva, Aparecida (org.). Coleção explorando o ensino. **Literatura**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação básica, 2010, p.127-142.

CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antônio, **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011, p. 171-193.

CARVALHO, Maria da Conceição. Escola, biblioteca e leitura. In: CAMPELLO, B. *et al.* **A Biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p.21-23.

CARVALHO, Maria da Conceição. Biblioteca escolar, lugar privilegiado da leitura literária? In: Machado, Maria Zélia Versiani (org.) **A criança e a leitura literária** – livros, espaços e mediações. Curitiba: Positivo, 2012.

CASTRILLÓN, Silvia. Entrevista. In: **Revista Biblio** – Cultura informacional, n.6, nov. 2011. Disponível em: <http://biblio.info/silvia-castillon/> Acesso em: 22 de agosto de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Legislação Básica**. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/institucional.php?codigo=7> Acesso em: 22 de agosto de 2015.

CORSINO, Patricia. **Literatura e infância**: reflexões e questões. Anais do III Congresso Internacional Diálogos sobre Diálogos. Niterói, RJ: UFF, 2010a.

CORSINO, Patricia. Literatura na educação infantil: possibilidades e ampliações. In: Paiva, Aparecida (org.). Coleção explorando o ensino. **Literatura**: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de educação básica, 2010b, p.183-204.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

FRAGOSO, Graça Maria. A lei e seus desdobramentos. In: **BRASIL, SEB/MEC**. Boletim Salto para o Futuro – Série: Biblioteca escolar: que espaço é esse? Rio de Janeiro, TV Escola – v.21, n.14, out. 2011, p.12-17. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/14051114-BibliotecaEscolar.pdf> Acesso: 22 de agosto de 2015.

MATTOS, Maria Nazareth de Souza Salutto de. **Leitura literária na creche: o livro entre texto, imagens, olhares, corpo e voz**. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MOLLO, Gláucia; NOBREGA, Maria José. Introdução. In: **BRASIL, SEB/MEC**. Boletim Salto para o Futuro – Série: Biblioteca escolar: que espaço é esse? Rio de Janeiro, TV Escola – v.21, n.14, out. 2011, p.4-11. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/14051114-BibliotecaEscolar.pdf> Acesso: 22 de agosto de 2015.

PAULA, Chico de. **Biblioteca Escolar no Brasil: os desafios e as oportunidades que a Lei 12.244/10 impõe a biblioteconomia**. In: **Revista Biblio** – Cultura informacional, n.6, nov. 2011. Disponível em: <http://biblio.info/silvia-castillon/> Acesso em: 22 de agosto de 2015.

PERROTTI, Edmir. A organização dos espaços de leitura na Educação Infantil. In: **Brasil. Coordenação Geral de Educação Infantil Literatura na educação infantil**: acervos, espaços e mediações / Monica Correia Baptista ... [et al.], org. – Brasília: MEC, 2015.

SERRA, Maria Beatriz de Almeida. **Livros de literatura para bebês e crianças pequenas: concepções de autores e editores brasileiros premiados**. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, Ezequiel. Teoria e Prática da Leitura. In: SILVA, Ezequiel. **Leitura e Realidade Brasileira**. São Paulo: Mercado Aberto, 1983.

Data de envio: 24/05/2018

Data de aceite: 02/12/2018